

NITERÓI DO SÉCULO XXI

(2a. versão)

FEVEREIRO DE 1990

S U M A R I O

1. INTRODUÇÃO
2. CONCEPÇÃO DA PROPOSTA
3. ESCOPO E METODOLOGIA DO TRABALHO PROPOSTO
 - 3.1 - Detalhamento dos trabalhos do módulo 1
 - 3.2 - Locais de realização dos trabalhos
 - 3.3 - Integração da equipe do IBAM com a da Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente.
4. PRODUTOS
 - 4.1 - Produto final
 - 4.2 - Produtos parciais
5. EQUIPE TÉCNICA
6. PRAZO.
7. CRONOGRAMA
8. RESPONSABILIDADES DO IBAM
9. RESPONSABILIDADES DA PREFEITURA
10. ORÇAMENTO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. INTRODUÇÃO

Faltam 11 anos para o ano 2000. Se a administração eficiente das cidades exige, já hoje, um mínimo de análise e previsão, o que deverá ser necessário no século XXI?

Para responder a esta pergunta é preciso entender que as condições em que a urbe contemporânea opera são extremamente complicadas, o que aumenta a necessidade de planejá-la. Ocorre que numa cidade de hoje, o homem médio lança mão direta, ou indiretamente, em cada dia, de uns 600 litros de água, 2 kg de alimentos diversos e uns 3,5 kg de combustível, insumos que se transformam numa quantidade equivalente de esgotos e detritos sólidos, além de cerca de 1 kg de poluentes atmosféricos (*). É verdade que estes padrões são correntes apenas nos países do primeiro mundo, mas, de fato, nas grandes cidades brasileiras registra-se uma permanente corrida para alcançá-los.

O influxo desses bens, seus processos de transformação e distribuição e o defluxo dos dejetos produzidos necessitam ser continuamente mantidos, de forma a assegurar o funcionamento permanente da sociedade com um mínimo de convulsões e riscos.

Ao mesmo tempo, devem ser assegurados - e da forma exigida pelo desenvolvimento social - os espaços necessários às atividades já implantadas, às que agora estão se estabelecendo e às que futuramente ainda virão a se instalar. Finalmente a existência dessas atividades, engendrando a necessidade de movimentos pendulares casa-trabalho, casa-compras, etc., gera uma problemática própria que exige um permanente cuidado e soluções adequadas, efetivas e duradouras.

É no sentido de garantir a essas demandas condições reais de atendimento que se deve entender a exigência constitucional de que toda cidade com 20 mil habitantes ou mais deve possuir um plano diretor. Por outro lado, porém, tal exigência representa um dilema na medida em que inexiste no país uma tradição cultural que dê respaldo à prática efetiva do planejamento.

Boa parte do problema se origina na maneira convencional de proceder à elaboração de um plano diretor. Tradicionalmente, ela consistia na busca, pesquisa e coleta de um número imenso de informações sociais, econômicas, físico-geográficas, urbanísticas, etc., das quais algumas eram na verdade indispensáveis, outras apenas úteis e uma boa quantidade jamais era utilizada para nada. Toda esta informação necessitava ser classificada e manipulada de diversos modos, sofisticados e exaustivos, simultaneamente com outras tarefas técnicas também altamente consumidoras de tempo e recursos.

Ressalte-se que, supostamente, sem este trabalho preliminar, não se deveria sentir segurança para proceder ao detalhamento dos projetos, aliás, nem mesmo para propô-los, ou sequer para estabelecer um diagnóstico urbano e definições globais de planificação.

(*) Wolman, Abel - "O Metabolismo das Cidades", in Davis, Kingsley (org). Cidades. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

As obras eram feitas, porém, e de qualquer maneira, com previsão ou sem ela. Aliás, no Brasil, a atitude tecnocrática vigente durante um largo período poderia até dispensar toda esta parafernália de planejamento porque planejar consistia na definição apriorística de um "modelo" que funcionaria como paradigma da realidade futura. Ou seja, quase uma "visão profética" do planejador sobre um tempo em que as contradições estariam eliminadas por uma diagnose correta dos problemas (a juízo do próprio planejador, é claro) e a consequente implantação de um "plano" em que esta problemática não teria mais lugar.

Geralmente, porém, no decorrer de um processo tão longo como caro, o futuro chegava atropelando o presente, o que, aliando-se a uma impossibilidade congênita de projetos tecnocráticos conseguirem obter apoio popular (ou mesmo um apoio político legítimo), fazia com que quase nada do planejado fosse, de fato, realizado. Isto era, até certo ponto, uma bênção, pois a tentativa de "amarra" as cidades em uma camisa de força de preconceitos e pseudo-soluções não resolvia qualquer dos problemas reais da população, criando, pelo contrário, problemas novos, inesperados e imprevistos, nas poucas ocasiões em que os planos foram implantados.

A última "abertura" política reduziu aparentemente o poder e a importância da tecnocracia, tornando-se usual - e até uma forma de modismo - a consulta aos órgãos representativos das populações interessadas durante a elaboração de planos urbanísticos, em geral para referendar as decisões técnicas. Esta forma de proceder, mais democrática, envolve certos riscos. Isto porque os planejadores, técnicos e políticos ainda não sabem colocar muito bem os limites entre a sua própria atuação e a atuação direta da sociedade, ou porque discussões e lutas surdas por interesses particulares nos bastidores podem provocar uma sufocante paralisia que termina por beneficiar exatamente a situação problemática preexistente. Finalmente, a participação da comunidade no planejamento, às vezes, existe apenas no discurso e na notícia de jornal, funcionando de fato, e apenas, como um ritual de legitimação de outras formas de decisão.

2. CONCEPÇÃO DA PROPOSTA

Como foi visto, a necessidade das administrações municipais inovarem em métodos e aperfeiçoarem continuamente o processo de gestão urbana é óbvia. No caso de Niterói há que registrar ainda uma falta quase total de dados imediatamente acessíveis. De fato, não são disponíveis informações básicas pertinentes à vida urbana, tão comezinhas como, às vezes, indispensáveis para elaborar e executar projetos. A estrutura municipal não parece, em princípio, aparelhada para cumprir o encargo constitucional de planejar seu próprio desenvolvimento; por outro lado, é inviável pretender primeiro organizar a Prefeitura e só depois atacar os problemas...

Dante deste quadro, a Prefeitura Municipal de Niterói, através do Secretário de Urbanismo e Meio Ambiente, João Carlos Sampaio, solicitou ao IBAM que apresentasse a presente proposta para elaboração de um trabalho inicial e expedito, a ser executado por um grupo de técnicos independente do quadro permanente da Prefeitura. Tal trabalho consistirá basicamente na reunião e sistematização das informações e dados indispensáveis para subsidiar um amplo debate sobre a problemática urbana da cidade, com vistas ao seu planejamento para os próximos 30 anos, ou seja, a virada do século e os seus primeiros dez e vinte anos. O debate, a ser iniciado tão cedo quanto possível, incluirá no próprio delineamento estratégico do plano diretor as opiniões, o consenso e as discordâncias das várias classes e grupos de interesses, inicialmente através seus órgãos de representação e depois de forma direta, através de seminários ou audiências públicas, inclusive sobre a ordem das prioridades e das emergências.

O trabalho técnico minucioso, ainda indispensável nas fases posteriores do processo, teria o seu próprio tempo para ser desenvolvido, mas o detalhe e o refinamento pertenceriam antes ao nível de ações táticas especificadas dentro de um marco estratégico global, criado de uma forma tosca, mas robusta, a partir do grande debate proposto.

3 . METODOLOGIA E ESCOPO DO TRABALHO PROPOSTO

O trabalho proposto deverá ser desenvolvido por módulos, dos quais será detalhado, nesta oportunidade, apenas o primeiro. Tais módulos são considerados, em princípio, os seguintes:

- Módulo 1. Trabalhos Fundamentais (ou Básicos);
- Módulo 2. Pré-Plano;
- Módulo 3. Plano Diretor.

No módulo inicial serão realizados, como o próprio nome indica, certos trabalhos básicos, indispensáveis para as etapas de planejamento propriamente dito, consistindo numa tarefa eminentemente de reconhecimento e reunião de dados. O resultado mais avançado desta fase, além de um arquivo de informações com a abrangência definida abaixo, será uma definição de possíveis linhas de desenvolvimento da cidade, nos horizontes de tempo estabelecidos. Neste sentido, elas constituirão verdadeiros "cenários alternativos" do seu futuro.

O momento entre os módulos 1 e 2 será o indicado para o primeiro "seminário" de discussão das "bases" desejadas para o plano diretor. Tal seminário, organizado pela Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente, seria aberto a todos os interessados e, além de nele serem expostos os "cenários alternativos" (prováveis ou possíveis), teria como objetivo mais importante a identificação dos pontos consensuais e, naturalmente, dos pontos conflitivos nesses "cenários".

O segundo módulo será uma etapa de, por assim dizer, "alinhavamento" do plano. A partir de "modelos" de organização espacial, uso do solo, sistema viário, etc., a serem detalhados por ocasião da apresentação da proposta de trabalho para esse módulo, serão escolhidos os que forem considerados mais adequados, em cada caso, de acordo com o consenso observado no seminário preparatório, e/ou por processos de intermediação técnica nos casos identificados de conflito.

O módulo final consistirá no "refinamento" dos resultados do segundo módulo. Será nesta fase que as definições da etapa anterior terão condição de transformar-se numa legislação consequente, capaz de nortear o futuro desenvolvimento do município. Parece indispensável que também entre o segundo e o terceiro módulos, a Secretaria de Urbanismo faça realizar um novo "seminário", com a finalidade expressa de obter um referendo da Comunidade para o pré-plano elaborado.

Como já foi dito, a presente proposta detalha apenas os trabalhos do módulo inicial. Prevê-se que propostas complementares serão apresentadas oportunamente para os demais serviços, entendendo-se que os produtos obtidos em cada etapa, embora interdependentes, permitem sua utilização imediata pelo Município, de forma independente dos que venham a ser obtidos posteriormente.

3.1 Detalhamento dos trabalhos do módulo 1

3.1.1 Levantamento cartográfico

Esta tarefa fundamental consistirá de dois tipos convergentes de trabalho: a identificação das bases cartográficas e a sua reprodução para organização de uma mapoteca que formará a base do futuro plano diretor. Obviamente serão reproduzidos apenas os mapas disponíveis em outros órgãos e que apresentem informações de interesse para o plano. Documentos que, por alguma razão, não estejam disponíveis para reprodução, mas só para consulta serão relacionados em fichas de fácil utilização, discriminando o tipo de informações mapeadas e a escala de apresentação, além, é claro, do título ou identificação do documento e do local onde pode ser encontrado.

Quando a equipe considerar essenciais as informações contidas em mapas e plantas que não possam ser reproduzidas por meios mecânicos (cópias heliográficas ou xerográficas), esses documentos poderão ser copiados manualmente, se considerações de custo ou tempo não o desaconselhar; neste caso poderá haver a opção por uma simplificação da representação sendo transferidas apenas as informações mais pertinentes.

Em princípio a pesquisa será levada a efeito junto às outras Secretarias Municipais e às Estaduais, além de órgãos da Administração federal, estadual ou municipal envolvidos com planejamento geral ou setorial como o IBGE, o Serviço Geográfico do Exército, o DER e o DNER, METRO, CEDAE, CERJ, TELERJ, DETRAN, FUNDREM, CONERJ, RFFSA, Depto. de Transportes Concedidos, etc.

3.1.2 Coleta de dados primários e secundários

Trata-se da coleta de informações obtidas diretamente da observação da cidade pela equipe de trabalho e na obtenção e compilação de dados qualitativos e quantitativos, principalmente nos órgãos onde for efetuada a pesquisa cartográfica.

A observação direta da cidade permitirá à equipe uma avaliação sumária das características da imagem urbana (marcos da cidade, nós de circulação, aspectos urbanístico-arquitetônicos da massa edificada) além das condições de ameaça ambiental (valor paisagístico, histórico ou ecológico) das diversas áreas consideradas de interesse.

Complementarmente se tratará de obter informações relativas à localização, tipo e quantidade dos equipamentos urbanos existentes, planejados, ou em construção, como por exemplo escolas, postos de saúde, redes d'água, esgotos e drenagem, eletricidade e telefonia, além de favelas e outras áreas habitacionais de alto risco, caracterizadas por ocupação irregular, ou baixa qualidade de vida .

Será ainda compilada uma quantidade mínima de dados e informações sócio-econômicas e urbanísticas sobre a cidade, tais como a área municipal e urbana legal, população, emprego e renda, atividades econômicas e frota de veículos. Finalmente será efetuada, quando possível, a localização espacial dessas variáveis bem como dos seus valores estimados até o ano 2020. Quando não houver projeções adequadas, estimativas expeditas poderão ser feitas pela equipe de trabalho através de metodologias simples (como o ajustamento de curvas a pontos conhecidos do passado e sua extração para o futuro, por exemplo), mas de forma consistente com as projeções geralmente aceitas para a Região Metropolitana, o Estado do Rio de Janeiro, ou o País.

Para este trabalho a fonte principal de consultas será o IBGE, e não só os Censos oficiais, mas também as pesquisas intercensitárias tais como as PNADs. Outras fontes valiosas deverão ser pesquisadas, tais como o PDLI de Niterói (executado na década de 70 e jamais implementado), o Plano Integrado de Transportes do Rio de Janeiro (realizado pelo METRO e no qual Niterói foi considerada um dos Setores de Trafego da Região Metropolitana) além de eventuais levantamentos e projeções das Secretarias Municipais, Estaduais, FUNDREM, Fundação Leão XIII, etc.

Um estudo sumário do desenvolvimento histórico da mancha urbana e dos seus fatores condicionantes também será efetuado nesta etapa, cujas fontes de consulta abrangerão, além dos órgãos já citados também instituições de pesquisa histórica como o IHGB, etc.

3.1.3 Entrevistas com as lideranças de órgãos e movimentos interessados no desenvolvimento da cidade

Trata-se de uma "absorção de saberes" disponíveis, embora difusos, e de uma percepção inicial das reivindicações sociais de grupos de importância na e para a cidade que, de alguma forma, deverão ser absorvidas e equacionadas técnica e politicamente pela municipalidade, tendo em vista os futuros seminários de debates sobre o plano diretor da cidade.

Cogita-se entrevistar desde logo representantes das entidades de empresários imobiliários, da federação de associações de moradores, associação comercial, clubes de diretores lojistas e de atuação cívica como o Lions e o Rotary, o Instituto de Arquitetos e o Clube de Engenharia e as entidades envolvidas com preservação ambiental. Suplementarmente deverão ser ouvidos também representantes do corpo técnico da Prefeitura, empresários de setores específicos - como o hoteleiro e o turístico, por exemplo - e representantes de áreas cujos problemas, atividades, ou interesses possam estar envolvidos com as macrodefinições estratégicas do plano diretor. Estima-se que serão realizadas aproximadamente 20 entrevistas.

3.1.4 Análise das informações obtidas e descrição dos sistemas urbanos

As informações obtidas e a observação direta dos fatos urbanos permitirão caracterizar os sistemas da cidade em suas grandes linhas. A hierarquização do sistema viário existente será efetuada segundo os critérios do projeto de Norma Brasileira existente para o assunto (vias de transição, arteriais, coletoras, locais e especiais). De forma similar os outros sistemas de infraestrutura, equipamentos e serviços serão definidos e localizados (tráfego e transporte, água, esgoto, drenagem, energia, comunicações, abastecimento, segurança, saúde, educação, habitação, abastecimento, lazer, etc.). Deve, no entanto, ficar claro que essas definições serão elaboradas a um nível muito pouco sofisticado, sendo a preocupação antes com macrodefinições que com detalhes, de fato irrelevantes nesta altura dos trabalhos.

Por outro lado, a consideração da estrutura urbana percebida e a análise do seu desenvolvimento histórico, combinado com as projeções efetuadas sob hipóteses de desenvolvimento claras e bem definidas, qualificará os vetores de expansão urbana, tanto os atualmente perceptíveis como os que pareçam mais prováveis. A superposição dos sistemas de infra-estrutura a esses quadros hipotéticos de evolução futura, definirá o cenário de carências urbanas mais evidentes e próximas.

3.1.5 Organização da mapoteca e do arquivo de informações

Trata-se do trabalho de constituir fisicamente a coleção de mapas obtidos nas diversas pesquisas bem como da organização dos fichários de informações destinados a complementar esta documentação, dotando-os de um índice e de instruções para a obtenção de informações cruzadas. Para a efetiva realização desta etapa, a Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente deverá colocar à disposição da equipe de trabalho o pessoal necessário para o manuseio dos papéis, bem como os arquivos e locais onde estes se localizam. Caso a Secretaria não tenha condições de fazê-lo em tempo hábil, a realização desta etapa será caracterizada pela entrega do material na sede da Secretaria.

3.2 Locais de realização dos trabalhos

Os trabalhos de campo serão realizados nos órgãos em que as pesquisas forem levadas a cabo. Os trabalhos de escritório serão efetuados na sede do IBAM, no Rio de Janeiro. Reuniões eventuais poderão ser realizadas na sede da Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente onde também terão que se desenvolver as atividades de implantação física da mapoteca e arquivo de informações.

3.3 Integração da equipe do IBAM com a da Secretaria de Urbanismo
Meio Ambiente

Será buscada uma integração permanente entre a equipe de trabalho e o pessoal da Secretaria, tanto no sentido de passar a este a experiência dos integrantes daquela, como para propiciar o melhor aproveitamento do trabalho por parte da própria Secretaria.

Fica claro, porém, que a execução do trabalho não deve ficar prejudicada por eventuais problemas administrativos da Secretaria.

4. PRODUTOS

4.1 Produto final

O produto final do trabalho será um relatório contendo entre 35 e 50 páginas de texto e desenhos, reproduzido xerograficamente, e no qual serão expostos sinteticamente os resultados e conclusões dos trabalhos especificados no item 3.1 desta proposta. O relatório deverá conter:

- 4.1.1 - Breve descrição da estrutura urbana e formas dominantes de uso do solo em Niterói na atualidade.
- 4.1.2 - Caracterização sintética dos sistemas viário e de transportes existentes.
- 4.1.3 - A infra-estrutura de serviços urbanos e de habitação identificadas.
- 4.1.4 - Para cada um dos itens acima serão especificadas, levando em conta os vetores de expansão identificados, as alternativas de desenvolvimento futuro que forem consideradas pela equipe de trabalho, o pessoal técnico da Secretaria, ou pelas pessoas entrevistadas. Atenção especial será dedicada às questões ambientais, para as quais também deverão ser identificados cenários alternativos de evolução futura.

O relatório em referência será apresentado em cópias xerox preto e branco, encadernadas por espiral plástica, devendo ser entregues 2 (dois) exemplares à Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente. Os originais ficarão arquivados, à disposição da Secretaria para a reprodução, a preço de custo, de exemplares adicionais, quando encomendados.

4.2 Produtos parciais

Adicionalmente aos trabalhos realizados para a elaboração do relatório final serão apresentados os seguintes produtos para uso da Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente:

- 4.2.1 - Relação dos mapas contendo informações sobre Niterói, a fonte de consulta e descrevendo a informação neles contida, sua escala, etc.
- 4.2.2 - Organização inicial de uma mapoteca, a partir das bases cartográficas reproduzidas para utilização no futuro plano diretor.

- 4.2.3 - Tabelas de fácil consulta contendo as informações quantitativas recolhidas e as projeções obtidas ou elaboradas.
- 4.2.4 - Resumo escrito do estudo do desenvolvimento histórico da cidade, apresentando, se forem obtidos elementos informativos, gráficos elucidativos do desenvolvimento da mancha urbana.
- 4.2.4 - Arquivo de fitas gravadas com as entrevistas realizadas.
- 4.2.5 - Resumos datilografados das declarações mais relevantes obtidas nessas entrevistas.

5. EQUIPE TECNICA

O IBAM alocará ao trabalho os técnicos discriminados abaixo:

- 5.1 - CARGO: Coordenador Geral do Projeto.
FUNÇÃO: Orientação e coordenação; redação final dos textos; responsável pela análise das informações obtidas.
FORMAÇÃO: Arquiteto com especialização em Planejamento Urbano e Regional.
- 5.2 - CARGO: Encarregado da Organização Gráfica.
FUNÇÃO: Coordenação da pesquisa cartográfica e da equipe de desenho; colaboração nas demais pesquisas e na análise das informações obtidas.
FORMAÇÃO: Geógrafo, Cartógrafo, Arquiteto ou Engenheiro (com ênfase em Planejamento Urbano).
- 5.3 - CARGO: Encarregado das Demais Informações.
FUNÇÃO: Coordenação da pesquisa de fontes primárias e secundárias e da organização dessa informação em tabelas; colaboração nas demais pesquisas e na análise das informações obtidas.
FORMAÇÃO: Economista, Geógrafo, Arquiteto ou Engenheiro (com ênfase em Planejamento Urbano).
- 5.4 - CARGO: Encarregado das Entrevistas Programadas.
FUNÇÃO: Programação das entrevistas constantes do escopo e coordenação da sua execução; colaboração nas demais pesquisas e na análise das informações obtidas.
FORMAÇÃO: Antropólogo ou sociólogo, com prática de Planejamento Urbano, podendo ser utilizado técnico de outra formação, mas com a supervisão de um especialista desta formação na concepção e análise das entrevistas.
- 5.5 - CARGO: Estagiário ; QUANTIDADE: 6 .
FUNÇÃO: Levantamentos, trabalhos de desenho em geral, etc.
FORMAÇÃO: Estudantes de nível superior dos cursos de arquitetura, engenharia, geografia, economia, etc., dos quais no mínimo quatro devem ter boa capacidade de desenho.
- 5.6 - CARGO: Secretária.
FUNÇÃO: Datilografia e secretariado em geral.

6. PRAZO

O prazo total para a realização dos trabalhos é de 105 (cento e cinco) dias conforme o cronograma apresentado a seguir.

7. CRONOGRAMA

TAREFAS	mes 1				mes 2				mes 3				mes 4			
	SEMANAS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
a) - LEVANT. CARTOGRAFICO																
• Def. inform. a recolher /órgãos onde estão disponíveis.....		xxxxxx														
• Busca & escolha de documentos.....			xxxxxxxxxxxxxx													
• Reprodução de documentos.....				xxxxxxxxxxxxxx												
b) - COLETA DE DADOS																
• Def. inform. a recolher /órgãos onde estão disponíveis.....		xxxxxx														
• Pesquisas em orgãos, obtenç. informações e observação da cidade.....				xxxxxxxxxxxxxx												
• Mapeamento e fichamento tabulações.e projeções.					xxxxxxxxxxxxxx											
c) - ENTREVISTAS																
• Preparação e organização.....		xxxxxx														
• Realização.....			xxxxxxxxxxxxxx													
• Resumo escrito das entrevistas.....				xxxxxxxxxxxxxx												
d) - ORGANIZAÇÃO DA MAPOTECA E DO ARQUIVO												xxxxxx				
e) - ANALISE DAS INFORMAÇOES																
• Definição sistema viário e de transportes...												xxxxxx				
• Definição sistemas de infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos.....												xxxxxx				
• Definição de alternativas.....												xxxxxxx				
f) - RELATORIO FINAL													xxxxxxxxxxxxxx			
• Redação, datilografia e montagem.....													xxxxxxxxxxxxxx			
• Discussão c/Prefeitura /eventuais revisões...													xxxxxxxxxxxxxx			
- xxxxxx - tempo de execução dos trabalhos - - tempo destinado a acabamentos (*) entrega de produto parcial: relação dos mapas																

8. RESPONSABILIDADES DO IBAM

Compromete-se o IBAM a:

- a) Realizar os trabalhos previstos nesta Proposta, dentro dos prazos estabelecidos;
- b) Cobrir os custos do trabalho de seus técnicos alocados ao projeto, necessários à execução das tarefas, inclusive os relativos a salários, encargos sociais, locomoção, diárias e hospedagem;
- c) Fornecer à Prefeitura Municipal de Niterói 2 (duas) cópias de cada documento produzido.

Compromete-se ainda o IBAM, em benefício da Prefeitura e sem qualquer ônus para esta, durante a execução dos trabalhos, a:

- a) Franquear o uso de sua biblioteca aos técnicos e funcionários da Prefeitura envolvidos nos trabalhos;
- b) Permitir a utilização do seu restaurante aos técnicos e funcionários da Prefeitura, nas mesmas condições e preços subsidiados estabelecidos para o pessoal do IBAM;
- c) Ceder salas para reuniões curtas e eventuais, sem ônus para a Prefeitura, entendendo-se por reuniões curtas as que não ultrapassem um (1) expediente;
- d) Facilitar contatos de dirigentes ou representantes da Prefeitura com instituições ou entidades nacionais ou estrangeiras, quando tal medida for considerada necessária ao posterior desenvolvimento dos trabalhos.

9. RESPONSABILIDADES DA PREFEITURA

A Prefeitura Municipal de Niterói compromete-se a:

- a) Realizar os pagamentos ao IBAM nas condições e datas previstas;
- b) Facilitar o acesso dos técnicos do IBAM às informações necessárias ao trabalho;
- c) Arcar com as despesas de impressão e duplicação dos documentos produzidos pelo IBAM e pela equipe técnica da Prefeitura, quando necessário um maior número de cópias que o fixado nesta Proposta;
- d) Propiciar local de trabalho para uso das equipes técnicas do IBAM e da Prefeitura;
- e) Tomar, em tempo hábil, durante a realização dos trabalhos, as decisões e providências necessárias ao seu prosseguimento;
- g) Facilitar os contatos dos técnicos do IBAM com secretários, diretores, chefes e outros dirigentes e autoridades municipais, sempre que necessário ao atendimento dos trabalhos.

10. ORÇAMENTO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O IBAM cobrará pelos serviços relativos à realização do estudo "Niterói do século XXI" a importância de NCz\$ 1.951.299,83 (hum milhão, novecentos e cinquenta e um mil, duzentos e noventa e nove cruzados novos e oitenta e três centavos), equivalentes em fevereiro de 1990 a 114.132,459 (cento e quatorze mil, cento e trinta e dois vírgula quatrocentos e cinquenta e nove) BTN (vide discriminação dos gastos em anexo). Esta quantia deverá ser paga da seguinte forma:

- a) Uma parcela de NCz\$ 487.824,96 (quatrocentos e oitenta e sete mil, oitocentos e vinte e quatro cruzados novos e noventa e seis centavos), equivalentes em fevereiro de 1990 a 28.533,115 (vinte e oito mil, quinhentos e trinta e três vírgula cento e quinze) BTN, logo após a assinatura do contrato;
- b) Duas parcelas consecutivas de NCz\$ 487.824,96 (quatrocentos e oitenta e sete mil, oitocentos e vinte e quatro cruzados novos e noventa e seis centavos), equivalentes em fevereiro de 1990 a 28.533,115 (vinte e oito mil, quinhentos e trinta e três vírgula cento e quinze) BTN, aos 30 (trinta) e aos 60 (sessenta) dias da assinatura do contrato;
- c) Uma parcela de NCz\$ 487.824,96 (quatrocentos e oitenta e sete mil, oitocentos e vinte e quatro cruzados novos e noventa e seis centavos), equivalentes em fevereiro de 1990 a 28.533,115 (vinte e oito mil, quinhentos e trinta e três vírgula cento e quinze) BTN, ao final dos trabalhos, contra a entrega do produto final.